

**ATA DA 7ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS MANANCIAIS DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE CURITIBA.**

**OBJETO:** Apresentação do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Iraí, Apresentação do Programa de Ação Emergencial e Apresentação das Condições de Instalação e Funcionamento da Câmara de Apoio Técnico da APA do Iraí.

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil, às oito horas e trinta minutos, no Auditório do Centro de Coordenação de Programas de Governo - CCPG, na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, realizou-se a 7ª Reunião do Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, contando com a presença de autoridades e técnicos convidados, conforme lista de presença em anexo. A sessão foi aberta pelo Presidente do Conselho Gestor da R.M.C., Sr. Paulo Yoshikatsu Kawahara. O Sr. Presidente convida os Srs. Mário Sérgio Rasera do IAP, Sr. José Tadeu Motta do IAP, Sra. Rajindra Kaur Singh do Consórcio SOGREAH/COBRAPE, Sr. Edson Sadao Imoto, Diretor da NAIPI, Sr. Fernão Accioly Rodrigues da Costa, Secretário Extraordinário de Assuntos Metropolitanos, Sr. Ermínio Schuluga, representante do Município de Colombo e Sr. Ednei Bueno do Nascimento, Presidente da CAT-Passaúna, para comporem a mesa. Esclarece que o Sr. Edson Sadao Imoto, terá direito a voz e não a voto, uma vez que não é o representante oficial da NAIPI no Conselho Gestor. Em seguida, pede à Sra. Maria Luiza M. Araujo que faça a leitura da ATA da última reunião, que foi aprovada por todos os Conselheiros presentes. Em seguida, a Arquiteta Zulma Schussel, da COMEC, apresenta um resumo da proposta do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Iraí. Na seqüência, a Sra. Rajindra Kaur Singh apresenta o Modelo de Correlação Uso do Solo/Qualidade Hídrica. O Sr. Presidente agradece à Sra. Rajindra e esclarece que a Proposta do Zoneamento Ecológico-Econômico apresentada possui algumas correções e sugestões de alteração. Esclarece quanto à errata apresentada e pergunta se há dúvidas, não havendo manifestação dos Srs. Conselheiros, considera-se aceitas as correções propostas. Em seguida, inicia a discussão das propostas de alteração do Relatório Final do

Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Iraí, cuja leitura é efetuada pela Sra. Zulma Schussel. Na pág. 68, ítem 7, a redação que consta no documento, é a seguinte: “A implantação de atividades industriais e também de serviços relativos a postos de gasolina, lava-rápidos e postos de serviço, dependem de anuência da COMEC”. A redação final proposta é: **“A implantação de atividades industriais dependem de anuência da COMEC, de acordo com a legislação que disciplina o licenciamento ambiental no Estado.”** Registra-se o voto contrário a esta sugestão de alteração dos Srs. Conselheiros Sandra Mara Pereira Queiroz, do IAP, Zulma Schussel, da COMEC e Agenor Zarpelon, da SANEPAR. Aprovado. Na pág. 68, ítem 8, a redação deve ser igual à do Decreto Estadual, cuja redação final é: **“Somente serão licenciadas as atividades industriais que não sejam potencialmente poluidoras, capazes de afetar ou colocar em risco os mananciais de água.”** Aprovado. Na pág. 68, ítem 10, a redação final é: **“O lançamento dos efluentes na rede pública de esgoto ou em sub-bacia hidrográfica externa à APA, deverá ser conforme parecer do órgão ambiental responsável.”**Aprovado. Na pág.68, ítem 11, a redação proposta é: **“As indústrias já implantadas na ZCAI – Zona de Controle Ambiental Intensivo, até a aprovação do zoneamento, deverão apresentar ao órgão ambiental, no prazo máximo de 06 meses, um Plano de Controle Ambiental (PCA), incluindo um Diagnóstico Ambiental.”**Aprovado. Na pág.69, a proposta é incluir como ítem de pré-requisitos de ordem geral: **“Nas áreas de intervenção, a implantação de novos empreendimentos deverá ser efetuada de maneira a não ocasionar aumento da cheia natural.”**Aprovado. Na pág.73, tabela de usos e atividades, na Zona da Represa, usos permitidos, observação 1, a redação proposta é: **“Atividades de vela, remo e pesca esportiva (caniço e anzol)<sup>(1)</sup>”;** excluir da coluna de observações: <sup>(2)</sup>Com prévia autorização da SANEPAR e licença do IAP. Aprovado. Na pág. 73, tabela de usos e atividades, na Zona de Preservação da Represa, usos proibidos, a redação proposta é: **“Proibido o uso de agrotóxico e outros biocidas; proibidos todos os usos que por suas características comprometam a qualidade hídrica da bacia e a qualidade de conservação do meio ambiente.”** Aprovado. Na pág. 75, tabela de usos e atividades, na Zona de Conservação da Vida Silvestre II e Zona de Conservação da Vida Silvestre III, usos proibidos, a redação proposta é: **“...corte, exploração e supressão da vegetação primária ou em estágio médio e avançado de regeneração;...”**. Aprovado. Na pág. 75, tabela de usos e atividades, na Zona de Controle Ambiental Intensivo, usos proibidos e permissíveis, a proposta é excluir da coluna proibido a expressão: “Ampliações físicas que envolvam

quaisquer tipos de intensificação das atividades” e incluir na coluna permissível a expressão: **“Ampliações físicas que envolvam quaisquer tipos de intensificação das atividades, dependem da respectiva aprovação do Plano de Controle Ambiental, pelo órgão competente.”** Aprovado. Na pág.77, tabela de parâmetros de ocupação, na Zona de Urbanização Consolidada I, em observações, a redação proposta é: **“(1)Proibidas novas subdivisões, com exceção da área situada no Município de Quatro Barras entre o Loteamento Bosque Merhry, a Rua Nilo Fávares e a área de propriedade da Prefeitura Municipal, com parcelamento de lote mínimo de 450 m<sup>2</sup>. Para os loteamentos existentes: tamanho do lote conforme aprovação do loteamento.”**Aprovado. Na pág. 77, tabela de parâmetros de ocupação, na Zona de Urbanização Consolidada II, em observações, a redação proposta é: **“... uma área de tamanho máximo de 240.000 m<sup>2</sup>, na qual será permitida a intensificação dos parâmetros de uso, em terrenos iguais ou superiores a 600 m<sup>2</sup>, com aquisição de potencial construtivo (a ser regulamentada por lei municipal), respeitada uma taxa de ocupação de 40% e 4 pavimentos, e dependendo do detalhamento dos estudos...”**. Registra-se o voto contrário a esta sugestão dos Srs. Conselheiros Sandra Mara Pereira Queiroz, do IAP e Agenor Zarpelon, da SANEPAR. Aprovado. Na pág. 78, tabela de parâmetros de ocupação, na Zona de Ocupação Orientada I, em observações, a redação proposta é: **“(1) Para condomínios residenciais, o tamanho mínimo da fração do terreno será de 3.000 m<sup>2</sup> e será aplicado para os casos onde houver uma reserva de área de conservação e/ou preservação permanente\*\* igual ou superior a 40%. Para definição do tamanho mínimo da fração do terreno, em condomínios com áreas de conservação e/ou preservação inferiores a 40% utiliza-se a seguinte fórmula:  $T=10.000 - P \times IIP$ , onde T = tamanho da fração, P = porcentagem da área do terreno destinada a conservação e/ou preservação e ...”**. Aprovado. Incluir no rodapé: **“As áreas situadas nas Zonas de Conservação da Vida Silvestre e nas de Preservação, pertencentes ao empreendimento destinado à implantação de condomínios residenciais, poderão ser computadas no cálculo de P.”** Aprovado. E em observações 2, a redação proposta é: **(2)Taxa de ocupação = 10% do total da gleba para o caso de habitação unifamiliar.”** Aprovado. Na pág. 78, tabela de parâmetros de ocupação, na Zona Especial de Indústria e Serviço II, na coluna alinhamento predial, alterar para: **“10<sup>(1)</sup>**. Incluir na coluna observações a seguinte redação: **“(1) Lotes com testada para BR-116: recuo do alinhamento predial (m) = 25 metros a partir da faixa de domínio da rodovia”**. Aprovado. Na pág.79, tabela de parâmetros de ocupação, na Zona

de Controle Ambiental Intensivo, coluna de observações ítem 1, alterar a redação para: **“(1)As ampliações das edificações dependem de aprovação pelo órgão competente, de Plano de Controle Ambiental, e os parâmetros para a ocupação proposta deverão constar do Plano retromencionado e deverão ser objeto de anuência pela CAT”**. Aprovado. O Sr. Presidente do Conselho pergunta se há algum comentário adicional, não havendo, fica aprovada a APA do Iraí, passando a palavra para os Srs. Conselheiros. O Sr. Siegfried Böving, Prefeito de Pinhais, pergunta sobre quais serão os critérios adotados para as áreas com maior pressão. O Sr. Presidente comenta que esse assunto será discutido no Programa de Ação Emergencial. O Sr. Elerian Zanetti, Prefeito de Campina Grande do Sul, agradece e comenta a importância dos trabalhos e parabeniza a equipe de técnicos responsável pela elaboração do Plano. A seguir, o Sr. João Carlos Creplive, Prefeito de Quatro Barras, agradece a COMEC e esclarece sua posição quanto a utilização racional do espaço. O Sr. Gil Lorusso do Nascimento, Prefeito de Piraquara, também agradece os trabalhos realizados. O Sr. Ermínio Schuluga, agradece em nome da Prefeita Izabete Pavin, de Colombo e manifesta-se favorável à proposta apresentada. O Sr. Conselheiro Agenor Zarpelon, compartilha com o Sr. Prefeito Siegfried Böving, a preocupação quanto ao entorno da barragem, segurança e qualidade da água e pede a colaboração dos Srs. Prefeitos, para ajudar a preservar essas áreas. O Sr. Prefeito João Carlos Creplive comenta que foi respeitado o direito e autonomia dos Prefeitos de se manifestarem. O Sr. Paulo Kawahara informa que ao final da reunião será entregue o Plano de Ação Emergencial que será discutido na próxima reunião. Em seguida, passa a palavra para o Sr. José Tadeu W. Motta do IAP que apresentará as condições de instalação e funcionamento da Câmara de Apoio Técnico da APA do Iraí. O Sr. Tadeu Motta esclarece que há complicadores no Decreto da APA, quanto à formação dos componentes da CAT, como a SANEPAR, que precisam ser revistos. Informa quanto aos erros encontrados no Decreto nº1753/96, que instituiu a Área de Proteção Ambiental do Iraí. Aponta a necessidade de inclusão de Campina Grande do Sul, como município que possui parte de seu território na APA. Sugere a retirada da SANEPAR da Câmara de Apoio Técnico do Iraí, pois a mesma encontra-se em processo de privatização e passará a ser usuária dos recursos hídricos, sugere também a retirada do DER- Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná. O Sr. Argenor Zarpelon contra-argumenta que não se pode precisar quando a SANEPAR passará pelo processo de privatização, poderá ser em breve, ou não; por enquanto, ela tem perfil estatal. Manifesta sua preocupação quanto às quatro APA's já criadas, pois cada uma necessita de

uma CAT. A sua sugestão é de que exista apenas uma Câmara Técnica para todas as APA's, com a representação dos municípios envolvidos que participariam de reuniões específicas. O Sr. Ednei Nascimento comenta que nas reuniões mensais da CAT, em alguns momentos as Prefeituras não participam, principalmente quando há decisões que não lhes interessam e que quando há pontos divergentes é importante a presença. Comenta ainda que é importante a participação do DER e SANEPAR como parceiros e atuantes nas decisões como tem ocorrido na CAT do Passaúna. O Sr. Edson Imoto comenta sobre a importância da representação local na APA. O Sr. Mário Sérgio Rasesa faz uma reflexão sobre o papel da Câmara Técnica, que é fornecer subsídios para decisão do órgão ambiental e municípios. Alerta que é preciso definir a relação das APA's com o Conselho Gestor dos Mananciais e sua relação com a Câmara Técnica. O Sr. Prefeito Siegfried Böving comenta que há conflito na sobreposição da APA Estadual e Municipal. O Sr. Tadeu Motta esclarece que quando há zoneamento municipal, ele é considerado no zoneamento estadual como zona especial. A Sra. Zulma Schussel comenta que a APA Municipal de Pinhais não possui zoneamento e que esta assumirá o zoneamento estadual, sendo mais fácil adequar o zoneamento municipal ao estadual. A Sra. Célia Yamamoto, de Pinhais comenta que há uma situação de impasse, pois o perímetro urbano do município não avança no perímetro da APA, e pergunta se precisa fazer a expansão do perímetro urbano e pede a opinião da Sra. Rajindra Singh. A Sra. Ragindra responde que na APA à exceção das áreas situadas acima da cota 1000 e ao norte, na Zona de Uso Agropecuário, deveria ser considerado como urbano, para um maior controle; em Pinhais, o trecho deveria ser urbano, com fiscalização. O Sr. Prefeito João Carlos Creplive sugere um cronograma de instalação da CAT. O Sr. Tadeu Motta informa que a revisão do Decreto já está sendo feita e que o prazo previsto para a implementação da CAT é de aproximadamente quarenta e cinco dias e esclarece que a participação do município é através de um representante e um suplente.

Em seguida, o Sr. Paulo Kawahara propõe como pauta da próxima reunião a discussão do Programa de Ação Emergencial e a apresentação dos primeiros estudos sobre a Revisão do Zoneamento Ecológico-Econômico do Passaúna. Agradece a todos, considerando o esforço despendido compensador, além de ser um processo saudável. O Sr. Edson Imoto registra sua preocupação quanto aos postos de serviço e de gasolina tendo em vista a lavagem com produtos poluentes e pede apoio aos Srs. Prefeitos na proteção do Rio Iraí. Após todas as

considerações feitas, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata.

PAULO YOSHIKATSU KAWAHARA  
Presidente

MARIA LUIZA MALUCELLI ARAÚJO  
Secretária Executiva

ANDRÉ VIRMOND BITTENCOURT  
Conselheiro

JOSÉ CARLOS MARTINS  
Conselheiro

JOÃO LECH SAMEK  
Conselheiro

AGENOR ZARPELON  
Conselheiro

ELERIAN DO ROCIO ZANETTI  
Conselheiro

GIL LORUSSO DO NASCIMENTO  
Conselheiro

SIEGFRIED BÖVING  
Conselheiro

JOÃO CARLOS CREPLIVE  
Conselheiro

SANDRA MARA PEREIRA QUEIROZ  
Conselheira

FRANCISCO BORSARI NETO  
Conselheiro

ZULMA SCHUSSEL  
Conselheira

**ATA DA 8ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS MANANCIAIS DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE CURITIBA.**

**OBJETO:** Apresentação do Diagnóstico Preliminar da Revisão do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Passaúna e Apresentação sobre o Processo de Regulamentação da Lei nº12.726/99 – Lei Estadual de Recursos Hídricos.

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil, às oito horas e trinta minutos, no Auditório do Centro de Coordenação de Programas de Governo - CCPG, na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, realizou-se a 8ª Reunião do Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, contando com a presença de autoridades e técnicos convidados, conforme lista de presença em anexo. A sessão foi aberta pelo Presidente do Conselho Gestor da R.M.C., Sr. Paulo Yoshikatsu Kawahara. O Sr. Presidente convida os Srs. Mário Rasera, do IAP; Sra. Marilza Dias, representante da Prefeitura de Curitiba; Sr. José Carlos Lozoya, Diretor da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, da Prefeitura de Almirante Tamandaré e Sr. Ednei Bueno do Nascimento, Presidente da CAT-Passaúna, para comporem a mesa. Registrou-se a presença dos Srs. Prefeitos Rizio Wachowicz, de Araucária e Newton Luiz Puppi, de Campo Largo. Em seguida, pede à Sra. Maria Luiza M. Araujo que faça a leitura da ATA da última reunião, que foi aprovada por todos os Conselheiros presentes. Em seguida, a Arquiteta Rajindra Kaur Singh do Consórcio SOGREAH/COBRAPE, inicia a apresentação do diagnóstico preliminar do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Passaúna. Na seqüência, foram apresentados os diagnósticos setoriais relativos à qualidade hídrica, meio biótico, uso e ocupação do solo e drenagem, pelos diversos técnicos responsáveis. Durante a apresentação dos trabalhos os Srs. Conselheiros efetuaram comentários quanto aos dados utilizados. O Sr. Conselheiro João Samek, da SUDERHSA, informa que possui dados de vazão da Bacia Hidrográfica do Passaúna, definindo cenários de cargas de poluição. O Sr. Ednei do Nascimento, Presidente da CAT do Passaúna, comenta que o Índice de Qualidade da Água tem caído em função do aumento de população, falta de rede de esgoto e coleta de lixo. O Sr. Conselheiro Miguel Aisse, da PUC/PR, sugere que deveria ser contemplado no diagnóstico um levantamento sobre a vazão do chorume do “lixão” da Lamenha Pequena. O

Sr. Gil Polidoro da COMEC esclarece que o contrato relativo ao assunto foi repassado à SUDERHSA e as obras estão em andamento. A Sra. Josete de Fátima de Sá, da SUDERHSA, comentou que a apresentação do trabalho ficou restrita à microdrenagem e que devem ser aprofundadas as questões relativas à macrodrenagem. O Sr. Louvanir Menegusso, Prefeito de Campo Magro, comenta que o município possui na Bacia do Passaúna aproximadamente 4.500 pessoas que ocupam áreas públicas e fundos de vale, que corresponde a 1/3 da população do município. Após o término da discussão, o Sr. Paulo Kawahara, passa a palavra ao Sr. Francisco Lobato da CCPG, que efetuou uma rápida explanação sobre a estratégia geral que se pretende com a Lei Estadual de Recursos Hídricos. Após, o Dr. Francisco Nunes Correia, Coordenador do Grupo de Estudos Water 21, faz uma apresentação sobre a Reformulação do Sistema Institucional de Recursos Hídricos, SIGPROM, Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Projeto Water 21. A seguir, o Sr. Francisco Lobato tece alguns comentários e esclarece que nas áreas de mananciais, as diretrizes das UTP's serão internalizadas pelos Planos de Bacias. Finalmente, o Sr. Paulo Kawahara agradece a presença de todos e propõe como pauta da próxima reunião a apresentação da Proposta de Zoneamento da APA do Passaúna. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata.

PAULO YOSHIKATSU KAWAHARA  
Presidente

MARIA LUIZA MALUCELLI ARAÚJO  
Secretária Executiva

MIGUEL MANSUR AISSE  
Conselheiro

JOSÉ CARLOS MARTINS  
Conselheiro

JOÃO LECH SAMEK  
Conselheiro

AGENOR ZARPELON  
Conselheiro

LUIZ CARLOS SETIM  
Conselheiro

GIL LORUSSO DO NASCIMENTO  
Conselheiro



LOUVANIR MENEGUSSO

Conselheiro

JOÃO CARLOS CREPLIVE

Conselheiro

ALVARO LUCIO NUNES

Conselheiro

FRANCISCO BORSARI NETO

Conselheiro

ZULMA SCHUSSEL

Conselheira

**ATA DA 9º REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS MANANCIAIS DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE CURITIBA.**

**OBJETO:** Apresentação da Proposta do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Passaúna.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil, às oito horas e trinta minutos, no Auditório do Centro de Coordenação de Programas de Governo - CCPG, na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, realizou-se a 9ª Reunião do Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, contando com a presença de autoridades e técnicos convidados, conforme lista de presença em anexo. A sessão foi aberta pelo Presidente do Conselho Gestor da R.M.C., Sr. Paulo Yoshikatsu Kawahara. O Sr. Presidente convida os Srs. Ednei Bueno do Nascimento da EMATER, Presidente da CAT-Passaúna; Sr. José Tadeu W. Motta do IAP; Sr. Fernão Accioly da Secretaria Especial de Assuntos Metropolitanos; Sra. Yára Eisenbach do Centro de Coordenação de Programas de Governo; Sra. Dâmaris da Silva Seraphim, representante do município Curitiba, Sra. Elenize Assumpção, representante de Araucária; Sr. Dulcimar Reinaldin, representante de Campo Largo e o Sr. Alencar Vendrame representante de Almirante Tamandaré para comporem a mesa. Em seguida, pede à Sra. Maria Luiza M. Araujo que faça a leitura da ATA da última reunião, que foi aprovada por todos os Conselheiros presentes. Em seguida, a Arquiteta Rajindra Kaur Singh do Consórcio SOGREAH/COBRAPE, inicia a apresentação da Proposta do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Passaúna. A Dra. Rajindra esclarece sobre a conveniência de que o limite da APA seja igual ao limite da Bacia. O Sr. Paulo Kawahara pergunta quais são os parâmetros aproximados de parcelamento previstos. A Dra. Rajindra Singh esclarece em linhas gerais sobre o parcelamento a ser adotado e que o mesmo será discutido com os municípios envolvidos. Em seguida, o Sr. Paulo Kawahara pede licença aos presentes pois precisa ausentar-se, passando a condução dos trabalhos para o Sr. Gil Polidoro da COMEC. O Sr. Gil Polidoro convida o Sr. Edson Sadao Imoto da NAIPI para sentar-se à mesa, e deixa a palavra liberada. O Sr. Ednei Bueno do Nascimento comenta que o zoneamento deve representar um acordo da sociedade como um todo e que deve ser discutida a diretriz maior da APA, se é preservacionista, conservacionista ou

desenvolvimentista. O Sr. André Virmond Bittencourt da UFPR comenta que deve haver uma política de indução da ocupação pragmaticamente desejada e quais são os mecanismos a serem adotados. A Dra. Rajindra esclarece que é justamente aí que está o problema. Comenta que o zoneamento do Passaúna cumpriu o seu papel, mas há poluição pontual, falta de fiscalização, monitoramento e infra-estruturação. Deve haver fiscalização e uma política para habitação de baixo custo. E sobre a fragmentação do meio biótico, esclarece que deve ser resolvida com compensação econômica-financeira e que é preciso efetuar uma pesquisa de fontes de financiamento para entidades que façam projetos para compensar a desintensificação de usos. A Sra. Zulma Schussel da COMEC comenta que a diretriz para o zoneamento será a soma de soluções preservacionistas, conservacionistas e desenvolvimentistas, numa visão sustentada. E ainda, que a pressão sobre a área não vai deixar de existir, lembrando que a represa abastece 25% da população e que não podemos deixar de preservá-la. O Sr. André Virmond Bittencourt comenta que ao norte da Bacia existem áreas com risco de erosão e deslizamentos. O Sr. Agenor Zarpelon da SANEPAR esclarece que o grande desafio é conciliar os interesses dos proprietários e dos municípios e que a criação da Agência de Bacia do Alto Iguaçu talvez consiga trazer fontes de recursos. A Sra. Rajindra comenta que há financiamentos para projetos conservacionistas, que não existem financiamentos para particulares e que é necessária a figura de uma associação ou conjunto de proprietários para conseguir financiamentos. Em seguida, a Sra. Yára Eisenbach esclarece que o Programa Paraná Doze Meses é uma fonte de recursos para particulares associados. Esclarece também, que o BNDS tem uma fonte nova para aportar recursos por conta dos recebíveis pela qualidade da água que será testada no Paraná e que o Estado não repassa recursos para particulares. O Sr. Louvanir Menegusso, Prefeito de Campo Magro, comenta que precisa de mais recursos do ICMS, uma vez que a atividade industrial é proibida, que ele precisa fazer relocação de moradores de área de risco e pergunta a quem cabe conseguir verbas para relocação. E ainda que a cultura para extração de lenha hoje não é mais viável e a sugestão dele é de reverter o uso para condomínio de chácaras com uma grande área em comum. O Sr. João Samek da SUDERHSA explica que o ICMS não vai resolver o problema dos municípios, pois pertence a um bolo do Estado e sugere que entre no zoneamento um item financeiro-ambiental. A Dra. Rajindra esclarece que o zoneamento é um dos mecanismos a serem criados. A Sra. Elenize Assumpção comenta que precisa ter uma ação para o controle do crescimento e que não há incentivo para preservação. O Sr. Edson Imoto da NAIPI faz um comentário sobre a preocupação do

Governo do Estado em estender projetos na área de meio ambiente aos municípios da RMC., como o PROSAM e PARANASAN. Com as restrições sugeridas na criação da APA para expansão de loteamentos e instalação de indústrias, que gerariam receitas e empregos ao município, a conclusão é de que dois fatores são substanciais para buscar-se recursos: 1º- a união e organização dos municípios da RMC. e 2º)- a criação de uma entidade que os representem, como por exemplo o COPATI-Consórcio Intermunicipal de Proteção da Bacia do Rio Tibagi. A NAIPI avalia que três são os mecanismos para viabilizar recursos, como medidas compensatórias aos municípios: a)- o ICMS Ecológico; b)- os ROYALTIES, que é a cobrança pelo uso da água; c) – SEQUESTRO CO2- a evolução das pressões ambientais gerou o processo de economia florestal, através do surgimento de uma commodity ambiental. Essa commodity pode ser medida na forma de toneladas de carbono que um ecossistema pode fixar. Toda floresta e vegetação tem o potencial de “seqüestrar” ou fixar o carbono em forma de madeira, este processo está virando moeda de troca. O seqüestro ou sumidouro tem o poder de fazer sumir o carbono que está em excesso na atmosfera e fixá-lo de alguma forma. Exemplo: uma floresta na fase de crescimento pode “seqüestrar” o carbono, e ao final do ciclo, sabemos quanto de carbono existe contido na floresta. Um projeto de seqüestro de gás carbônico está avaliado em US\$ 5,00 a tonelada. Após a regulamentação da Conferência de Kyoto, esse valor deverá subir para até US\$ 200,00 a curto prazo e a commodity poderá ser negociada em bolsa. A Sra. Yára Eisenbach comenta sobre o Fundo Mundial da Preservação do Meio Ambiente que possui um estudo sobre o benefício da água que não precisa ser tratada, qual seria a economia para a SANEPAR, por exemplo. Sugere que a COMEC poderia ser a animadora para a criação de um Consórcio entre os municípios para buscar novos recursos. A Sra. Dâmaris Seraphim questiona sobre o macrozoneamento, qual será a densidade a ser utilizada. A Sra. Rajindra Singh esclarece que o aumento de densidade acarreta a necessidade de esgotamento sanitário e que pode eutrofizar o lago. O Sr. Gil Polidoro pede ao Sr. Miguel Mansur Aisse, representante da PUC/Pr, que faça um pronunciamento. O Sr. Miguel Aisse esclarece que o adensamento vai gerar esgoto e que devemos ser severos com a questão do esgoto, o ideal é a reversão de bacia. Sugere que seja mantida a redação utilizada nas UTP's e que deve-se ter cuidados com a carga orgânica, fósforo e nitrogênio. No detalhamento dos trabalhos deve-se falar em termos de mata ciliar para a borda do reservatório. Em seguida, o Sr. Alvir Jacob da Prefeitura de Campo Magro sugere uma revisão no ICMS Ecológico e que fosse considerada a distribuição de forma diferenciada para municípios que estão dentro de áreas

que têm zoneamento diferenciado, tendo em vista a qualidade da água, para reversão nas ações sociais. O Sr. João Samek esclarece que isto já é avaliado, há mais de vinte estações de monitoramento, a qualidade e ações são consideradas. A Sra. Rajindra Singh lembra que o ICMS está relacionado com a quantidade de terreno e que Campo Magro é um caso à parte, com 19% do seu território na APA que contém 73% de sua população, isto é incompatível com a preservação. Deve ser adotada uma visão conservacionista e toda a solução para o município não sairá só no Passaúna. O Sr. Ednei do Nascimento questiona como o recurso do ICMS chegaria no município para ser aplicado no meio ambiente. O Sr. João Samek explica que os municípios através de seu orçamento podem definir a aplicação. O Sr. Agenor Zarpelon questiona quanto ao limite legal da APA, pois está preocupado com o limite quando a bacia vai além. A Sra. Zulma Schussel informa que está em discussão a possibilidade para alterar respeitando o limite da bacia, pois trabalhar com o espigão é mais fácil. O Sr. Gil Polidoro informa que a correção será efetuada através de lei. Em seguida, informa que o consultor jurídico da ASSOMECA orientou os Srs. Prefeitos para que se afastassem temporariamente do Conselho Gestor, indicando seus representantes, tendo em vista o período eleitoral, e entrega minuta com a sugestão. A Sra. Zulma Schussel informa que o Decreto Estadual da APA do Iraí está no Palácio do Governo, para ser lançado na Semana do Meio Ambiente. Finalmente, O Sr. Gil Polidoro agradece a presença de todos e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata.

PAULO YOSHIKATSU KAWAHARA  
Presidente

MARIA LUIZA MALUCELLI ARAÚJO  
Secretária Executiva

ANDRÉ VIRMOND BITTENCOURT  
Conselheiro

JOÃO DE SOUZA JUNIOR  
Conselheiro

JOÃO LECH SAMEK  
Conselheiro

AGENOR ZARPELON  
Conselheiro

LOUVANIR MENEGUSSO  
Conselheiro

NEWTON LUIZ PUPPI  
Conselheiro

RIZIO WACHOWICZ

Conselheiro

ANTONIO MANFRON BARROS

Conselheiro

ALVARO LUCIO NUNES

Conselheiro

FRANCISCO BORSARI NETO

Conselheiro

ZULMA SCHUSSEL

Conselheira

**ATA DA 10º REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS MANANCIAIS DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE CURITIBA.**

**OBJETO:** Apresentação da Proposta do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Passaúna.

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil, às oito horas e trinta minutos, no Auditório do Centro de Coordenação de Programas de Governo - CCPG, na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, realizou-se a 10ª Reunião do Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, contando com a presença de autoridades e técnicos convidados, conforme lista de presença em anexo. A sessão foi aberta pelo Presidente do Conselho Gestor da R.M.C., Sr. Paulo Yoshikatsu Kawahara. Em seguida, pede à Dra. Izabel Weber, assessora jurídica da COMEC, que auxilie nos trabalhos da mesa e solicita à Sra. Maria Luiza M. Araujo que faça a leitura da ATA da última reunião, que foi aprovada por todos os Conselheiros presentes. Em seguida, Sr. Paulo Yoshikatsu Kawahara esclarece que a próxima reunião do Conselho será realizada daqui a um mês, para a votação do zoneamento. A Sra. Conselheira Zulma Schussel, da COMEC, informa que o documento apresentado é preliminar para discussão e comenta que este mês ocorrerão debates e solicita o encaminhamento por escrito das sugestões. A seguir, a Arquiteta Rajindra Kaur Singh do Consórcio SOGREAH/COBRAPE, inicia a apresentação da síntese da Proposta de Reavaliação do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA do Passaúna. Sobre a Zona de Ocupação Orientada II, explica que se for preservado 40% da área, o lote pode chegar a 2.500,00 m<sup>2</sup>. Informa que o lago está acima do limite do nível mesotrófico e que não havendo infra-estruturação o reservatório ficará inviável. Esclarece que a conclusão do trabalho é que para manter a qualidade da água precisa de infra-estrutura e desfragmentação da vegetação. O Sr. Paulo Kawahara recomenda que sejam estudadas novas cores para o mapa de zoneamento e que o mesmo deve conter a abreviatura das zonas discriminadas sobre cada uma delas. Esclarece que as grandes questões dos municípios serão discutidas no mês de agosto com os Srs. Conselheiros. Informa que tem uma proposta da Prefeitura de Campo Largo e pede ao Sr. Conselheiro Dulcimar Rinaldin que apresente o pedido de instalação de posto de gasolina na APA, nos

termos do ofício, que passa a ser parte integrante desta ATA. O Sr. Dulcimar Rinaldin faz a leitura do pedido do Sr. Prefeito, para que se analise o caso específico, informando que quanto ao zoneamento não há óbices do município. Em seguida, o Sr. Paulo Kawahara pede posicionamento do Sr. Pedro Dias do IAP. O Sr. Pedro Dias informa que o IAP baixou uma normativa ambiental quanto à instalação de postos de abastecimento e que do ponto de vista tecnológico pode ser feito, resta saber se o zoneamento permite. Questiona se é possível abrir exceções. Informa que os tanques devem ser executados de acordo com as Normas da ABNT, diz que o que preocupa mais é a questão de serviços, restaurante, lanchonete e que precisa de um tratamento de esgotos bem eficiente. E ainda, que se o zoneamento permitir, deve-se pensar como executar; precisa-se trabalhar normas mais rigorosas, desde que o Conselho assim decida, para que o empreendimento possa ser liberado. O Sr. Conselheiro André Bittencourt pergunta sobre a questão social, quantos funcionários serão empregados. O Sr. Dulcimar Rinaldin responde que serão empregados aproximadamente 60 funcionários. O Sr. José Carlos Lozoya, de Almirante Tamandaré, pergunta se o posto é necessário ou não. Se for, poderemos discutir sobre o assunto e lembra que Campo Magro também precisa. O Sr. Conselheiro Alvir Jacob, de Campo Magro, informa que só tem um posto em Campo Magro, na divisa de Bateias à 15 km e outro à 2 Km em Curitiba; que a concentração de população está nos loteamentos Boa Vista e Jardim Cecília, onde há 12.000 pessoas e não tem um posto de gasolina. Pelo zoneamento atual da APA é permissível a implantação de posto de gasolina. A Sra. Marilza Dias, da Secretaria de Meio Ambiente de Curitiba, comenta que devem ser considerados os riscos pertinentes a essa atividade, além do cuidado com os tanques, tem que ser previstos postos de monitoramento do lençol freático. Em Curitiba, em 1999 ocorreram 5 vazamentos em postos de gasolina. É necessário que se tenha uma estrutura de acompanhamento para evitar acidentes maiores. A Sra. Marilza Dias pede licença para retirar-se e a Sra. Dâmaris Seraphin, passa a ocupar o seu lugar. O Sr. Conselheiro João Samek, da SUDERHSA, comenta que se o posto já é problemático em uma área que não é manancial, acha que seria muito complicado analisar em separado e não no zoneamento, pois isso poderia prejudicar a proposta. O Sr. Conselheiro Antonio Chiarotti observa que a malha hídrica é bastante densa, ocasionando problemas de run-off. Considera que deve ser colocado na memória a questão da educação ambiental, pois há um grande número de pessoas, lixo, agrotóxicos, áreas para lazer e turismo, problemas de flora e fauna. O Sr. Alvir Jacob pede que o posto fique na permissividade. O Sr. Paulo Kawahara informa que isso será discutido



nas reuniões seqüentes. O Sr. André Bittencourt comenta que surpreendeu-se ao verificar que após implementadas todas as medidas, não tivesse baixado mais a eutrofização. O Sr. Alvir Jacob comenta que não entendeu bem a faixa de transição da ZRE e Zona Agrícola. Sugere a criação de uma zona tampão de chácaras para a zona agrícola. A Sra. Rajindra esclarece que a transição será feita nas ZOO I e ZOO II, fora das zonas de conservação. A Sra. Conselheira Elenize Assumpção, de Araucária, informa que o município tem vias importantes que estão sendo implementadas e que precisarão efetuar corte de árvores na Av. Centenário e Av. das Araucárias, sendo que o caso da Av. das Nações já foi discutido. O Sr. Presidente do Conselho pede que o Sr. Ednei Bueno do Nascimento, Presidente da CAT do Passaúna, passe a compor a mesa. O Sr. Miguel Aisse pede esclarecimentos quanto ao nível de eutrofização e pergunta à SANEPAR sobre a atual qualidade da água. O Sr. Conselheiro Wandir Nogueira Rocha, da SANEPAR responde que a qualidade da água não está boa. O Sr. Miguel questiona que isso significa mais produto químico, mais investimentos na área? O Sr. Wandir responde que os dois e que dependendo do número de algas não há como tratar, é preocupante. O Sr. Miguel Aisse comenta que o fósforo é o limitante da eutrofização, é preciso remover o fósforo, mantendo o fundo de vale; pergunta se o esgoto da grande mancha vermelha do zoneamento vai ser tratado e jogado no Passaúna. A Sra. Rajindra responde que será lançado no Barigui, considera que deverá haver rede de esgoto em toda a Bacia e no trabalho está sendo considerado somente as cargas residuais. O Sr. Pedro Dias, do IAP, coloca como preocupante a reversão de bacias, pelo fato de não solucionar o problema e criar outros. Sobre a mata ciliar considera importante o trabalho com o Ministério Público, convocando agricultores e o IAP fornecendo mudas. Sugere um projeto com o Ministério Público, IAP, EMATER e SEAB que poderá vir a ser feito para a reconstituição de florestas. O ideal seria a educação ambiental, mas o Ministério Público pode acelerar este processo. A Sra. Zulma Schussel comenta que o importante é o espírito que se pretende implantar com esse processo. No Plano de Ação Emergencial, a ser discutido com a CAT, essas questões serão colocadas, e com a integração do IAP, COMEC e SUDERHSA, será possível um monitoramento mais eficiente. O Sr. Ednei Bueno do Nascimento diz que o zoneamento deve ser um acordo de cavalheiros e que por questões pontuais o acordo não é cumprido. Comenta que cabe às instituições públicas dar o exemplo; o que preocupa é a gestão disso, o que fazer com o zoneamento. Comenta que a CAT se apoia nas Instituições e elas se travam por impedimentos institucionais e políticos e que em dez anos a SANEPAR investiu muito pouco

na região. Considera que houve avanços na coleta de lixo, a fiscalização piorou, o Governo do Estado e Municípios sofrem influência política de gestão e que os problemas do Passaúna são pontuais e facilmente resolvíveis. O Sr. Mário Rasera, do IAP, comenta que ações políticas mais firmes dependem dos agentes da Administração Pública. Esclarece que há muitas coisas que não são denunciadas aos órgãos públicos. Considera que o Plano de Ação para as APA's tem que acontecer para que a coordenação da APA oriente e tenha recomendações para o IAP. A Sra. Zulma Schussel discorda do Sr. Ednei Bueno do Nascimento quando ele diz que os problemas são pontuais. Ela acha que o problema é estrutural, a pressão exercida sobre a represa é contínua, extensa e não vai diminuir. O zoneamento tem por obrigação a reflexão sobre ocupações que vão ocorrer e que a restrição total tem sido desastrosa. Comenta que a represa, do ponto de vista da estratégia do desenvolvimento regional, está numa localização difícil e que agora não é mais o momento para se discutir isso, a intenção é preservar a qualidade da água. Deve-se avaliar quais os melhores usos para garantir a qualidade hídrica. Informa que a COMEC está iniciando a revisão do Plano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba, que em breve será apresentado ao Conselho Gestor. O Sr. Paulo Kawahara informa que serão agendadas reuniões sucessivas para discussão das questões pendentes. Noticia que em 28 de julho, através de Decreto Estadual, foi criada a APA do Rio Verde, que vai proteger o reservatório que tem potencial para ser utilizado pela SANEPAR. Comenta sobre o início do PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado da RMC, que será finalizado o ano que vem, com o envolvimento de todas as prefeituras. Agradece a presença de todos e informa que no prazo de um mês será realizada a votação do zoneamento; nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata.

PAULO YOSHIKATSU KAWAHARA  
Presidente

MARIA LUIZA MALUCELLI ARAÚJO  
Secretária Executiva

ANDRÉ VIRMOND BITTENCOURT  
Conselheiro

JOSÉ CARLOS MARTINS  
Conselheiro

JOÃO LECH SAMEK  
Conselheiro

WANDIR NOGUEIRA ROCHA  
Conselheiro

ALENCAR VENDRAME  
Conselheiro

DULCIMAR RINALDIN  
Conselheiro

ELENIZE ASSUMPÇÃO  
Conselheiro

ALVIR JACOB  
Conselheiro

ALVARO LUCIO NUNES  
Conselheiro

ANTONIO C. CHIAROTTI  
Conselheiro

ZULMA SCHUSSEL  
Conselheira

**ATA DA 11ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS MANANCIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.**

**OBJETO:** Apresentação, Discussão e Deliberação sobre a Implantação, do ora denominado LACEN, na área conforme especificado.

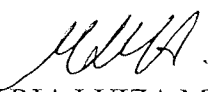
Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil, às quatorze horas e trinta minutos, no Auditório do Centro de Coordenação de Programas de Governo - CCPG, na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, realizou-se a 11ª Reunião do Conselho Gestor dos Mananciais da Região Metropolitana de Curitiba, contando com a presença de autoridades e técnicos convidados, conforme lista de presença em anexo. A sessão foi aberta pelo Presidente do Conselho Gestor da R.M.C., Sr. Paulo Yoshikatsu Kawahara. O Sr. Presidente informa que a ABES indicou uma nova representante no Conselho, Sra. Tereza Andrade, que em virtude de compromisso anteriormente assumido não poderá permanecer durante toda a reunião. Em seguida, pede à Sra. Maria Luiza M. Araujo que faça a leitura da ATA da última reunião, que foi aprovada por todos os Conselheiros presentes. Em seguida, Sr. Paulo Yoshikatsu Kawahara solicita que a Sra. Zulma Schussel, Diretora Técnica da COMEC, faça uma breve explanação sobre a UTP do Itaquí. A Sra. Zulma esclarece que a área onde pretende-se instalar o LACEN, apesar de estar inscrita no perímetro da UTP do Itaquí, encontra-se na Bacia do Rio Pequeno, área não integrante dos mananciais da região. Em seguida, o Sr. Carlos Pospissil Moutinho, da Assessoria de Cooperação Governamental da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, apresenta a proposta de implantação do novo Laboratório Central do Paraná – LACEN. Esclarece que a construção do Laboratório Central, visa o atendimento das propostas básicas da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, no sentido de garantir a oferta e o acesso aos exames de qualidade e de maior complexidade nas áreas de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental. Explica que o projeto de construção do Laboratório é um projeto moderno e planejado para atender as normas de biossegurança internas e do meio ambiente, bem como a realização de todas as atividades que são de competência e atribuições próprias de um Laboratório Oficial de Saúde Pública, de forma a possibilitar a separação dos serviços de acordo com a complexidade e níveis de segurança. Justifica que o LACEN encontra-se localizado em área restrita, instalado há quase seis décadas, com modificações físicas emergenciais realizadas ao longo dos anos, dificultando o fluxo de serviços laboratoriais e o cumprimento de normas de biossegurança. A efetivação do projeto virá consolidar a atuação do LACEN como laboratório de referência estadual para os diagnósticos de doenças de interesse epidemiológico e o controle sanitário e ambiental. Apresenta as características gerais do projeto, que pretende localizar-se na Rua Sebastiana Fraga, s/nº, Colônia Guatupê, no município de São José dos Pinhais. A área do terreno é de aproximadamente 337.000,00 m<sup>2</sup> (parte do remanescente da Academia Policial Militar do Guatupê), BR-277. A área total a ser construída é de 9.859,00 m<sup>2</sup>, sendo a 1ª etapa de 4.504,65 m<sup>2</sup>. O valor a ser investido é de R\$ 19.000.000,00, com contrato de financiamento já firmado com o Ministério da Saúde. Na sequência o arquiteto Edson Morozowski, autor do projeto, faz uma explanação técnica detalhada do empreendimento. O Sr. Presidente solicita que a Sr.<sup>a</sup> Tereza Andrade componha a mesa e convida também as Assessoras Jurídicas da COMEC. Em seguida, o Sr. Presidente solicita manifestação do IAP, através do Sr. Pedro Dias, sobre a instalação do empreendimento. O Sr. Pedro Dias comenta que vai exigir os estudos ambientais competentes com vistas ao sistema de tratamento, necessários ao licenciamento prévio. O IAP, desde que o zoneamento permita, emitirá Licença Prévia

estabelecendo os requisitos necessários. O representante do IAP, Sr. Alvaro Lucio Nunes, comenta que a implantação inicial do empreendimento seria em Piraquara e a atual localização, dentro da UTP do Itaqui, mas fora de sua Bacia, não encontra-se no manancial. O Sr. Alvaro Lucio Nunes considera importante o pronunciamento da SANEPAR sobre o Rio Pequeno. O representante da SANEPAR, Sr. Wandir Nogueira Rocha, informa que a área não está no manancial. A seguir, o Sr. Presidente solicita manifestação do representante do município de São José dos Pinhais, Sr. Espartano Tadeu da Fonseca. O Sr. Espartano comenta que pela concepção do edifício, percebe-se o cuidado com os efluentes. A localização do empreendimento é estratégica pela acessibilidade, próxima ao Contorno e ao aeroporto, que atenderá a demanda do LACEN. No local não há presença de adensamento urbano considerável e está fora da Bacia do Itaqui. O empreendimento representa para o município de São José dos Pinhais e para o Estado do Paraná uma oportunidade de deslocamento do atual laboratório, que hoje está em área urbana, para uma área isolada, com padrões de construção e tratamento de resíduos adequados. O município de São José dos Pinhais entende como viável a implantação do empreendimento e que este também será o indutor de uma infra estrutura mais adequada para o município. O Sr. Presidente complementa o que foi exposto, lembrando que o projeto tem cronograma a ser cumprido, o que justifica a urgência da convocação, bem como o projeto implica em um Decreto Estadual e uma Lei Municipal aprovando e regulamentando este equipamento. Acrescenta que, apesar de todos os aparatos de proteção do LACEN, ele é um equipamento poluidor e não pode ficar em manancial. Ressalta ainda que não serão alterados o perímetro da UTP nem o zoneamento - entende que o Conselho Gestor dos Mananciais possui a prerrogativa de autorizar a instalação deste empreendimento. A Sr.<sup>a</sup> Zulma Schussel expõe que será aprovado especificamente o projeto em pauta, tendo em vista que o mesmo está fora do manancial. Estando os Conselheiros de acordo será elaborado Decreto Governamental com posterior lei municipal aprovando o empreendimento e autorizando a implantação do laboratório. A representante da Secretaria de Estado da Saúde, Sr.<sup>a</sup> Ana Luiza Conter Borges esclarece que o projeto, da maneira como está elaborado, não gerará poluição - só seria poluidor se não utilizasse nenhum dos recursos hoje contemplados. O representante do município de Campo Magro, Sr. Alvir Jacob, questiona ao Sr. Carlos Moutinho sobre as etapas do projeto pois há necessidade de esclarecimentos. Informa o Sr. Carlos Moutinho que haverá uma primeira fase, que englobará os três blocos e a circulação. Quanto à segunda etapa a fundação será feita já. As duas etapas ocorrerão quase que concomitantemente, uma vez que já estão inscritas no orçamento do Estado para 2001. Esclarece ao final que não haverá industrialização, mas análise de produtos. Questiona ainda o Sr. Jacob, com relação às cobaias e a previsão de incinerador e biotérios. Informa o Sr. Carlos Moutinho que o projeto os contempla. O representante da UFPR, Sr. André Virmond Bittencourt, comenta que o empreendimento está sendo feito de maneira adequada e que o papel do Conselho Gestor é exatamente este. Comenta que os critérios devem ser firmes, e é necessário que o Conselho firme o princípio para atender eventuais futuras necessidades. Comenta ainda que há sustentabilidade na localização do empreendimento. O representante do IAP, Sr. Álvaro, questiona a Sr.<sup>a</sup> Zulma se já foi pensado o texto de encaminhamento do Decreto. A Sr.<sup>a</sup> Zulma esclarece que o Decreto autorizará que dentro da UTP poderá ser instalado o empreendimento dentro das condições para licenciamento ambiental. O representante da Prefeitura de Campo Largo, Sr. Dulcimar Rinaldin, questiona qual é o referencial brasileiro para o LACEN. O Sr. Carlos Moutinho informa que não há um laboratório semelhante para a condição de biossegurança que está se pretendendo. O representante da ADEMI, Sr. José Carlos Martins, entende que havendo concordância dos Conselheiros que ficasse bem claro na ATA o que está sendo

proposto e quais são as seguranças impostas. O Sr. Carlos Moutinho informa que os parâmetros de segurança são os definidos a nível internacional e é condição a biossegurança de todos que estão trabalhando. A Sr.<sup>a</sup> Ana Luiza Conter Borges informa que todo material é desinfectado antes do descarte e o trabalho será sempre aprimorado. O Sr. Pedro Dias esclarece quanto aos níveis de deliberação: se o Zoneamento permitir a implantação passaria para o segundo passo que é a fase do licenciamento ambiental com todas as exigências para evitar o potencial poluidor. O representante da ADEMI, Sr. José Carlos Martins, reforça que é com relação ao zoneamento que está se abrindo uma exceção e deve ficar bem claro o motivo de tal liberação. O Sr. Pedro Dias entende que este projeto é de inquestionável interesse público, e sob o ponto de vista ambiental o IAP fará todas as exigências para garantir a implantação adequada do empreendimento. O Sr. Alvir Jacob entende que o conselho delibera sobre o uso e ocupação do solo e deixa claro que não existem normas sobre seguranças no Brasil e a preocupação é pertinente. O projeto insere o Estado num nível de primeiro mundo e que o laboratório poderá dar suporte para o projeto GENOMA. Os financiadores estrangeiros são rigorosos quanto à implantação do empreendimento. O Sr. Paulo Kawahara coloca em votação a autorização de aprovação do LACEN, sem alterar os parâmetros e o perímetro da UTP do Itaquí, nos termos do projeto apresentado pela Secretaria de Estado da Saúde. O conselheiro Samek, questiona quanto os termos do Decreto. A Sra. Isabel Weber esclarece que após deliberação do Conselho será seguido o rito das aprovações anteriores, através de Decreto Estadual e posterior Lei Municipal. O Sr. José Carlos Martins preocupa-se com a aprovação do projeto sem amarrações. Sugere que a deliberação seja para este projeto específico, que foi aprovado pelo financiamento do Banco Mundial. O Sr. Alvaro solicita que conste em ATA os termos da Minuta do Decreto, sendo assim o Presidente solicitou que assim constasse, colocando em votação primeiramente quanto a liberação do LACEN, tendo sido aprovado por unanimidade. Em seguida solicitou aos Conselheiros quais as considerações que deveriam constar no Decreto, quanto ao empreendimento. A Sra. Isabel Weber mencionou que o referido Decreto terá as seguintes considerações: 1. O empreendimento ser de utilidade pública; 2. Estar localizado fora da Bacia do Rio Itaquí; 3. A Bacia do Rio Pequeno, no trecho considerado para a implantação do empreendimento, não ser mais utilizada para fins de abastecimento público; 4. O projeto apresentado pela Secretaria de Estado da Saúde. Portanto, o Decreto autorizará a implantação do LACEN na área especificada, em mapa anexo, e nos termos do projeto ficando condicionado ao licenciamento ambiental e à adequação com o Plano Diretor de Drenagem da Bacia do Alto Iguaçu. A seguir, a Sra. Zulma Schussel, faz um relato sobre os trabalhos em andamento. Sobre a APA do Passaúna, esclarece que está sendo encaminhada à Assembléia Legislativa, projeto de lei com alteração do perímetro, que será traçado sobre o divisor de bacia, e que a discussão do zoneamento será efetuada no ano que vem com os novos prefeitos. Comenta que a legislação municipal de Quatro Barras, que unifica os zoneamentos da APA do Iraí e da UTP de Quatro Barras, está sendo entregue ao município. Comenta também, sobre os futuros trabalhos, como a APA do Rio Verde, a UTP de Piraquara e a APA do Piraquara. A seguir, o Sr. Presidente, solicita a leitura da ATA desta reunião, que foi aprovada. Agradece a presença de todos, e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a sessão.



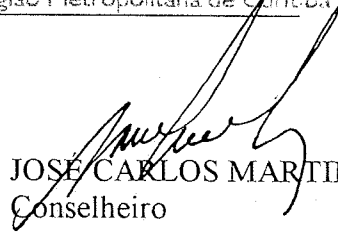
PAULO YOSHIKATSU KAWAHARA  
Presidente



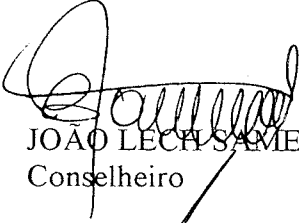
MÁRIA LUIZA MALUCELLI ARAÚJO  
Secretária Executiva



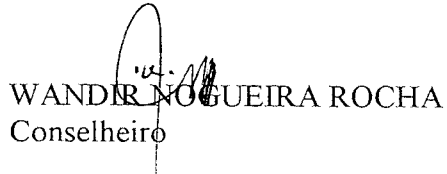
ANDRÉ VIRMOND BITTENCOURT  
Conselheiro



JOSE CARLOS MARTINS  
Conselheiro



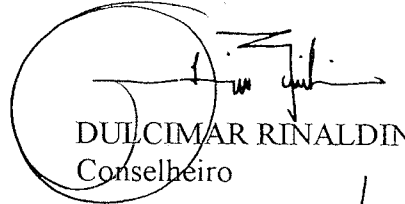
JOÃO LECH SAMEK  
Conselheiro



WANDIR NOGUEIRA ROCHA  
Conselheiro



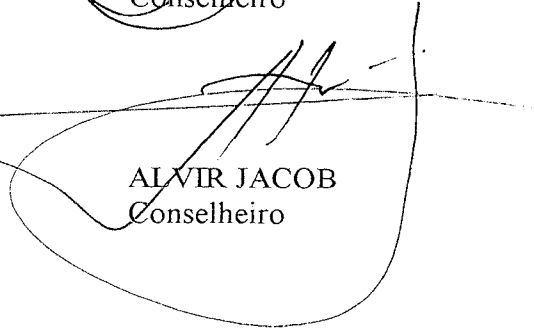
ALENCAR VENDRAME  
Conselheiro



DULCIMAR RINALDIN  
Conselheiro



ELENIZE ASSUMPCÃO  
Conselheiro

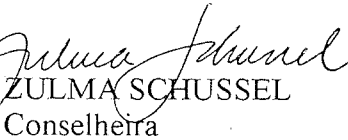


ALVIR JACOB  
Conselheiro



ALVARO LUCIO NUNES  
Conselheiro

ANTONIO C. CHIAROTTI  
Conselheiro



ZULMA SCHUSSEL  
Conselheira

*A.*